



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS I – CAMPINA GRANDE
CENTRO DE EDUCAÇÃO - CEDUC
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

MARIA DO SOCORRO OLIVEIRA ABRANTES

**POLÍTICA DE CURRÍCULO PARA EDUCAÇÃO ESPECIAL E O PAPEL
DO/A CUIDADOR/A EDUCACIONAL NA ESCOLA**

CAMPINA GRANDE - PB
Dezembro – 2020

MARIA DO SOCORRO OLIVEIRA ABRANTES

**POLÍTICA DE CURRÍCULO PARA EDUCAÇÃO ESPECIAL E O PAPEL
DO/A CUIDADOR/A EDUCACIONAL NA ESCOLA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à coordenação do curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento para obtenção do grau de Licenciatura em Pedagogia.

Área de concentração: Educação.

Orientadora: Prof. Dra. Francisca Pereira Salvino.

CAMPINA GRANDE - PB
Dezembro 2020

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

A161p Abrantes, Maria do Socorro Oliveira.

Política de currículo para educação especial e o papel do/a cuidador/a educacional na escola [manuscrito] / Maria do Socorro Oliveira Abrantes. - 2020.

43 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação , 2021.

"Orientação : Profa. Dra. Francisca Pereira Salvino , Coordenação do Curso de Pedagogia - CEDUC."

1. Educação especial. 2. Cuidador educacional.
3. Política de currículo. I. Título

21. ed. CDD 371.9

MARIA DO SOCORRO OLIVEIRA ABRANTES

**POLÍTICA DE CURRÍCULO PARA EDUCAÇÃO ESPECIAL E O PAPEL
DO/A CUIDADOR/A EDUCACIONAL NA ESCOLA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à coordenação do curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba em cumprimento para obtenção do grau de Licenciatura em Pedagogia.

Área de concentração: Educação.

Aprovada em: 14/12/2020

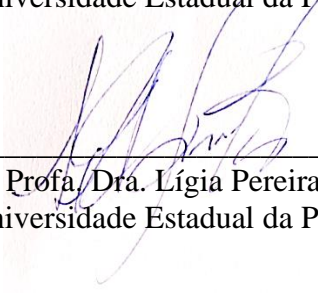
BANCA EXAMINADORA



Profa. Dra. Francisca Pereira Salvino (Orientadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Profa. Dra. Livânia Beltrão Tavares
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Profa./Dra. Lígia Pereira dos Santos
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Dedico a Deus, autor da minha vida, que não me deixou fraquejar em nenhum momento, e aos meus pais, Antônio Cavalcante de Oliveira e Maria Cavalcante de Sousa (em memória), cujas histórias de lutas e superações, busquei inspiração.

AGRADECIMENTOS

A Deus, autor da minha vida, por tornar possível essa caminhada.

À minha orientadora Profa. Dra. Francisca Pereira Salvino, pela assistência, orientações, incentivos, compreensão, paciência e respeito.

A meu esposo, Geraldo Abrantes de Oliveira, pelo companheirismo, compreensão e incentivo.

Aos meus filhos, Ivan Bruno Abrantes de Oliveira e Mirelly Abrantes de Oliveira, que sempre me incentivaram e me fizeram acreditar no meu potencial.

Às minhas amigas, Roseanny Dantas, Claudia Patrícia Raposo, Karollyne Alves, Iasmine Lucena e Luísa Regina Pontes, que foram parceiras de estudos, a minha eterna gratidão.

Às Professoras Livânia Beltrão e Lígia Pereira por prontamente aceitar o convite para banca examinadora e pelas contribuições.

Às professoras e Cuidadoras que foram as principais protagonistas, agradeço por contribuírem com os seus saberes para realização da minha pesquisa.

A Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) campus I, ao Departamento de Pedagogia e seu corpo docente, que contribuíram para o meu crescimento, ampliando os meus conhecimentos e hoje posso considerar o meu tão almejado sonho de ser pedagoga, “realidade”

Enfim, a todos que, direta e indiretamente, fizeram parte da minha formação, o meu muito obrigada!

RESUMO

Com a Convenção de Salamanca em 1994, muda o cenário da educação, aderindo-se à proposta de uma equalização de oportunidades para todos os cidadãos. Passam a ser da obrigatoriedade dos países no mundo todo, assegurar que a educação de pessoas com deficiência seja parte integrante das políticas e dos sistemas educacionais. No Brasil, esse projeto foi marcado Lei nº 9.394/1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que chama a atenção às necessidades dos educandos com deficiências, dentre as quais a integração em escolas regulares com professores/as formados/as em nível médio ou superior, para atendimento em classes comuns e acompanhamento especializado, conforme o tipo de deficiência. Nesse sentido, o Decreto nº 6.571/2008 que instituiu a Política Nacional de Educação Especial numa perspectiva inclusiva foi lançado pelo Ministério da Educação (MEC), estabelecendo as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica. Nesse cenário, surgiu a figura do/a “cuidador/a educacional” na rede municipal de Campina Grande/Pb. Para compreender mais adequadamente tal política, este trabalho objetiva analisar o papel desse/a profissional no âmbito escolar, mediante à política de currículo para a educação especial. O estudo classifica-se como pesquisa qualitativa, associado à análise documental, tendo como participantes cuidadoras educacionais e professores/as de duas escolas da rede municipal de educação de Campina Grande, Estado da Paraíba. A coleta dos dados foi realizada a partir de um questionário *online*, constatando-se a preocupação de professores/as e cuidadores/as em adequarem-se às novas exigências, buscando qualificação, atualização sobre as políticas de inclusão e os processos de implementação destas. Nestes processos, o/a cuidador/a educacional exerce papel relevante e contribui decisivamente com os/as professores/as, porém enfrenta desafios, tais como a baixa efetividade das políticas públicas; falta de reestruturação organizacional e flexibilização das propostas curriculares; desvalorização profissional e baixa remuneração.

Palavras-chave: Políticas de currículo. Educação Especial. Cuidador/a educacional.

ABSTRACT

With the Salamanca Convention, in 1994 the scenario of education changes adhering to an equalization of opportunities for all citizen. It is now the obligation of all countries around the world to ensure that the education of persons with disabilities is an integral part of education policies and systems. In Brazil this project took place through Law No. 9,394/1996, Law of Guidelines and Bases of National Education (LDB), in chapter V, Art.59, item III, which draws attention to the need for students with disabilities, including the integration into regular schools with teachers who have been at middle or higher level for specialized care as well as regular education teachers trained for the integration of these students into the common classes. In this sense, Decree No. 6,571/2008, that instituted the National Policy for Special Education in an Inclusive Perspective was launched by the Ministry of Education (MEC), which instituted the Operational Guidelines for Specialized Educational Care in Basic Education modality Special Education. In this new scenario of education the figure of the educational caregiver emerged which despite being considered an adaptation in the pedagogical space in the municipal network of Campina Grande- PB. To better understand such a policy, in compliance with the documents already mentioned, this professional is hired through ordinances however there is not much clarity as to the regulation of the profession. In this context, this work aims to analyze the role of educational caregiver in the school environment through the curriculum policy for special education. The study is classified as qualitative research, associated with documentary analysis and had as participants educational caregivers and teachers from two schools in the municipal education network of Campina Grande State of Paraíba. Data collection was performed from an online questionnaire, there is a concern of teachers and caregivers in adapting to the new requirements, seeking qualification, update on inclusion policies and their implementation processes. In these processes, the educational caregiver plays a relevant role and contributes decisively to the teachers, but faces challenges, such as the low effectiveness of public policies; devaluation in terms of training and low pay.

Keywords: Curriculum policies. Special education. Educational caregiver.

SUMÁRIO

1-INTRODUÇÃO	08
--	
2 O CUIDADOR EDUCACIONAL NO CONTEXTO DA POLÍTICA DE INCLUSÃO DE EDUCANDOS/AS COM DEFICIÊNCIA	10
2.1 Marcos legais da educação inclusiva	10
2.2 Perfil e importância do cuidador no contexto escolar	12
2.3 Currículo e projeto político pedagógico	14
3 METODOLOGIA DA PESQUISA	17
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES	20
4.1 Percepção das cuidadoras no contexto escolar acerca do trabalho que desenvolvem	20
4.2 Percepção das professoras quanto ao trabalho das cuidadoras	24
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	30

REFERÊNCIAS	32
APÊNDICE A- QUESTIONÁRIO PARA CUIDADORES/AS	34
APÊNDICE B- QUESTIONÁRIO PARA AS PROFESSORES/RAS	36
ANEXO A- DOCUMENTO S DAS ATRIBUIÇÕES DOS CUIDADORES DO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE-PB	39
ANEXO B- PROTOCOLO DE ACOMPANHAMENTO PARA O CUIDADOR/A DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE-PB	40
.....	

1-INTRODUÇÃO

A Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva, lançada no Brasil pelo Ministério da Educação (MEC) com a Lei nº 9.394/1996, Lei de Diretrizes e Base da Educação (LDB/1996) e reafirmada pelo decreto nº 6.571/2008 objetiva atender à crescente procura pelo atendimento educacional especializado para educandos/as com deficiência na rede de educação pública e privada. Esta política extinguiu as salas de classes especiais e assegurou a inserção destes/as estudantes em salas de aulas regulares com os/as demais alunos/as. Por meio do Decreto nº 6.571/2008 foram instituídas as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial, que dispõe sobre o apoio financeiro, técnico e pedagógico aos sistemas público de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios. Estas diretrizes foram revogadas e atualizadas pelo Decreto nº 7611, de 17 de novembro de 2011, que lhe deu um maior detalhamento.

Muitos municípios vêm despertando interesse em atender essa demanda, procurando ajustar-se a esse novo cenário escolar. Desta forma, os/as alunos/as com deficiência adquiriram o direito a serem assistidos/as por professores/as do sistema regular com a colaboração de “cuidadores/as educacionais” exclusivos para eles/as, mediante apresentação e aprovação de laudo médico, que deve ser apresentado no ato da matrícula, comprovando a deficiência e as reais necessidades do atendimento especializado.

Esse direito encontra-se previsto na Constituição Federal de 1988, no Capítulo III, Art. 205, quando afirma que “a educação é um direito de todos e dever do Estado e da família, devendo ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, almejando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988). Este Artigo foi regulamentado pela LDB/1996, no Capítulo V, Art.58, ao definir: “como educação especial entende-se para o efeito desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação” (BRASIL, 1996).

Essas previsões legais derivam, em grande medida, da Convenção de Salamanca ocorrida no ano de 1994, que influenciou o cenário da educação internacionalmente, passando a incluir educandos/as com deficiência, mesmo que precisassem de acompanhamento especializado e individualizado, em classes de ensino regular. Nesse sentido, a função do/a

cuidador/a escolar é atuar como intermediário nas atividades pedagógicas; nas limitações motoras (locomoção, alimentação, higiene e outros); na comunicação e linguagem; interativas e sociais; brincadeiras e atividades físicas, dentre outras que ocorrem nos diversos níveis e ambientes escolares. Um/a cuidador/a, ao estimular a linguagem e habilidades sociais, amplia a possibilidade da quantidade de estímulo necessário ao atendimento e à qualidade das aprendizagens. Apesar da figura do/a cuidador/a ser considerada necessária à adaptação curricular e pedagógica em diferentes aspectos, não existe muita clareza quanto ao seu papel e atribuições no âmbito das redes de educação, nem quanto à regulamentação da profissão, como afirma Mousinho (2010). Além disso, são comuns os relatos quanto à falta de um trabalho sistemático, integrado e interdisciplinar entre estes/as, os/as professores/as do sistema regular e demais profissionais das escolas, bem como quanto à precarização das condições de trabalho das referidas.

Diante do exposto, surgiram os seguintes questionamentos: qual a importância do/a cuidador/a na mediação das atividades pedagógicas e curriculares? Tal mediação supre as necessidades dos/as alunos/as com deficiência? O currículo das escolas regulares, ainda que adaptado, condiz com a realidade desses/as estudantes?

Nesse sentido, este estudo tem por objetivo analisar o papel do/a cuidador/a educacional no contexto escolar, mediante a política de currículo para a educação especial. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, associado à análise documental, realizado em duas escolas da rede de educação municipal de Campina Grande, Estado da Paraíba. Participaram da pesquisa oito profissionais sendo, quatro cuidadoras educacionais e quatro professoras que atuam no ensino regular. O critério de participação foi a aceitação livre e esclarecida ao convite formulado pela pesquisadora. A técnica de coleta de dados foi a entrevista, norteadas por questionário.

O texto encontra-se organizado em três capítulos. O primeiro aborda o/a cuidador/a educacional no contexto da política de inclusão de educandos/as com deficiência. Também aborda os marcos legais da educação inclusiva, o perfil e importância desse profissional no contexto escolar, o currículo e o projeto político pedagógico. O segundo aborda a metodologia da pesquisa e terceiro aborda os resultados e as discussões, analisando a percepção das cuidadoras e das professoras acerca do trabalho que desenvolvem. Por fim, apresentamos as considerações finais.

2 O CUIDADOR EDUCACIONAL NO CONTEXTO DA POLÍTICA DE INCLUSÃO DE EDUCANDOS/AS COM DEFICIÊNCIA

2.1 Marcos legais da educação inclusiva

Abordaremos, em princípio, a relevância da educação especial, bem como os avanços ocorridos numa perspectiva inclusiva, destacando a importância do/a profissional “cuidador/a” na mediação pedagógica dos/as educandos/as com alguma deficiência, seja de origem física, intelectual, visual, auditiva ou transtornos globais do desenvolvimento que requeiram intervenções individualizadas e ou especializada. Para tanto, ressaltamos a importância de um currículo único, porém integrado e interdisciplinar, que atenda às necessidades de uma educação democrática, que garanta a todos os direitos básicos de aprendizagem. No início do século XX a educação especial era caracterizada como um atendimento voltado ao assistencialismo, com escolas especiais e classes especiais, ou seja, com um atendimento diferenciado, que possibilitava matrícula e acesso às pessoas com deficiência, mas separando-as em salas distintas dos/as estudantes.

No Brasil, a educação especial iniciou-se no período imperial, na cidade do Rio de Janeiro, com as seguintes instituições: Instituto dos Meninos Cegos, denominada atualmente de Instituto Benjamin Constant (IBC), e o Instituto Nacional da Educação dos Surdos (INES) (BRASIL, 2014); Instituto Pestalozzi em 1926, destinado ao atendimento de pessoas com deficiência mental; primeira Associação de Pais e amigos dos Excepcionais (APAE) em 1954 (BRASIL, 2014). Teve início, também, em 1945 o atendimento educacional especializado para pessoas com superdotação.

Ainda no século XX, em 1961, foi promulgada a primeira LDB em 1961), fixada pela Lei nº 4.024/61, que fundamentava a educação dos excepcionais no seu Art. 88, o qual estabelecia que a educação dos excepcionais deveria se adequar ao sistema de ensino regular. Posteriormente, a Lei nº 5.692/1971 altera a LDB/1961 definindo “tratamento especial” para educandos com deficiências físicas, mentais, os que se encontravam em atraso na idade regular de matrícula e os superdotados (BRASIL, 2001). Note-se que isto ocorre em período em que os indicadores educacionais demonstravam elevado número de pessoas analfabetas ou em situação de distorção idade/série devido a problemas diversos, não necessariamente associados a deficiências de qualquer natureza.

De acordo com o MEC, em 1973, foi criado o Centro Nacional da Educação Especial (CENESP), com o intuito de gerir essa modalidade de ensino no Brasil, que, sob a égide

integracionista, impulsionou ações educacionais voltadas às pessoas com deficiências e com superdotação, mas ainda configurada por campanhas assistenciais e iniciativas isoladas do Estado. Nesse período, ainda não se tinha uma política pública voltada ao acesso universal à educação, permanecendo as concepções e as políticas anteriores. Quanto aos estudantes com superdotação, apesar do acesso ao ensino regular, não era ofertado um atendimento que considerasse suas singularidades de aprendizagem (BRASIL, 2001).

A Constituição Federal do Brasil de 1988, no Art. 205, estabeleceu a educação como direito de todos e dever do Estado e da família, almejando desenvolvimento e capacitação para o exercício da cidadania e qualificação profissional. Em complemento, o Art. 206, determina a igualdade de condições para acesso e permanência na escola, juntamente com o Art. 208, no inciso III, garante uma educação especializada aos alunos com necessidades especiais, tendo como preferência a rede regular de ensino. Tem início um movimento que não admite pensar isoladamente a formação de professores/as de educação especial, sem considerá-la como parte integrante da formação profissional da educação em geral (BRASIL, 2001).

Outro importante marco legal tem sido o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei 8.069/1990, que no Art. 55 reforça os dispositivos legais supracitados ao determinar que “os pais ou responsáveis têm a obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino” (BRASIL, 2001). Neste ano, a Conferência Mundial de Educação para Todos, ocorrida em Jomtien na Tailândia, chamou a atenção para os altos índices mundiais de crianças, adolescentes e jovens sem escolarização, tendo como objetivo promover transformações nos sistemas de ensino para assegurar o acesso e a permanência de todas as pessoas à escola. Nesse mesmo período, em 1994, após a Conferência de Salamanca na Espanha, foi publicada a Declaração de Salamanca, um dos grandes marcos internacionais na luta em defesa da educação especial, enfatizando o direito e o respeito às especificidades de cada aluno/a no âmbito escolar de ensino regular (UNESCO, 1994).

A implementação das políticas públicas para educação especial numa perspectiva inclusiva, foram se afirmando porque as pessoas com deficiências viviam em um verdadeiro descaso, consideradas como “fardo” às suas famílias e às sociedades, condenadas à segregação, ao preconceito e à exclusão social. Para fazer frente a esta e outras condições de exclusão, o MEC adotou em 1996 a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, visando políticas públicas que promovessem uma educação de qualidade para todos os cidadãos e cidadãs. Em decorrência, a LDB/1996 em seu Capítulo V, Art. 58, afirma o seguinte:

Oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades, entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, especiais. §1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender as peculiaridades da clientela de educação especial. §2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns do ensino regular (BRASIL, 1996).

Diante do exposto, observa-se que a educação especial, numa perspectiva inclusiva, tem adquirido legitimidade e alcançado avanços significativos, entretanto ainda distante do proposto e das necessidades desses sujeitos. Um dos avanços foi a substituição da expressão “pessoas portadoras de necessidades especiais” por “pessoas com deficiência”, pela Lei nº 13.796/2013, delineando com mais precisão esses sujeitos e os seus direitos.

2.2 Perfil e importância do/a cuidador/a no contexto escolar

Diante da política de educação inclusiva, que pretende assegurar o direito de aprendizagem de forma integral para alunos/as com deficiência no ensino regular, surge a figura do/a cuidador/a educacional, que tem como função acompanhar e auxiliar nas necessidades e cuidados de caráter fisiológico, de locomoção, de higienização, de aprendizagem, de socialização e outros, contribuindo com a diminuição da segregação dos diferentes. No Guia Prático do Cuidador do Ministério da Saúde, a ocupação de cuidador/a integra a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) sob o código 5162, que a define como:

Alguém que ‘cuida a partir dos objetivos estabelecidos por instituições especializadas ou responsáveis diretos, zelando pelo bem-estar, saúde, alimentação, higiene pessoal, educação, cultura, recreação e lazer da pessoa assistida’. [...] A função do cuidador é acompanhar e auxiliar a pessoa a se cuidar, fazendo pela pessoa somente as atividades que ela não consiga fazer sozinha. Ressaltando sempre que não fazem parte da rotina do cuidador técnicas e procedimentos identificados com profissões legalmente estabelecidas. É fundamental termos a compreensão de se tratar de tarefa nobre, porém complexa, permeada por sentimentos diversos e contraditórios (BRASIL, 2008).

No município de Campina Grande/PB há ainda ausência de leis mais específica que regulamentem esta função. Tem-se apenas, segundo a Secretaria de Educação (SEDUC, 2020), portarias com atribuições para contratação, o que dificulta a compreensão mais

complexa que a função exige, do seu papel no âmbito escolar. Por vezes, os próprios pais, mães e ou responsáveis e alguns membros da escola enxergam o/a cuidador/a, pela sua denominação, apenas como aquela pessoa que cuida das limitações “visíveis”. Esquecem de um relevante papel que é a mediação pedagógica, que é exatamente o suporte principal para sua autonomia e desenvolvimento do seu potencial. De acordo com tais portarias, para exercer a função o/a candidato/a precisa atender a critérios, como ter o curso de magistério/normal (ensino médio), está cursando ou ter concluído Pedagogia, no mínimo.

Existem várias formas para nomear o/a profissional cuidador/a e funções diferentes, dependendo da região em que se encontra. Lopes (2018, p. 28) expõe algumas terminologias, adotadas por diferentes autores, conforme citação a seguir.

Martins (2011) optou pelo termo Profissional de Apoio; Almeida, Siems-Marcondes e Bôer (2014) preferiram adotar o termo cuidadores; Araripe (2012), em uma perspectiva psicológica, optou por Acompanhante Terapêutico; Leal (2014) e Duque (2008) usaram o termo Agente de Inclusão. Outros nomes foram identificados na prática das escolas, tais como: profissional de apoio pedagógico, auxiliar de ensino, estagiário de inclusão, mediador, entre outros.

De acordo com Lopes (2018, p. 29 -30), na legislação brasileira também há diversas denominações, como as seguintes:

:

Na Resolução 02/2001 que, apesar de não serem os Profissionais de Apoio, propriamente dito, pode-se considerar um profissional de suporte ao professor do ensino comum, apresentado nesse documento como professores especializados (BRASIL, 2001). Na política da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (2008), o termo citado é cuidador ou monitor (BRASIL, 2008), na Resolução 04/2009, são descritas as funções, porém não é definido um nome que se refere a esse profissional e consta a descrição também outros profissionais. A nota técnica 19/2010 já faz referência aos profissionais de apoio, na Lei de proteção à Pessoa com autismo é citado como acompanhante especializado (BRASIL, 2012) e na Lei Brasileira de Inclusão (2015), o termo Profissional de Apoio é retomado.

Na SEDUC/CG a nomenclatura usada é de cuidador educacional, portanto, é a nomenclatura que adotaremos neste trabalho.

2.3 Currículo e Projeto Político Pedagógico para todos.

De acordo com a LDB/1996, Capítulo V, Art. 59, todos os sistemas de ensino assegurarão às pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação “currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos para atender as suas necessidades” (BRASIL,1996). Como afirma Cartolano (1998), este artigo não se refere explicitamente apenas às indicações das grades curriculares, ementas, bibliografias e outros. Compreende também as normas e valores que não estão explícitos, que por sua vez, quando mal selecionados privilegiam interesses de determinados grupos sociais. Por isso, é preciso e possível questionar “por que”, “o que” e “como” se ensina e se aprende para evitar a propagação de certas reflexões, ideologias, preconceitos. Fazem-se necessários currículos (propostas e processos) adaptados, dinâmicos, propensos ao ensino e a aprendizagens diferenciadas, individualizadas e efetivas. Como assevera Cartolano (1998), a educação escolar é coletiva e tem de ser o mesmo para todos, a partir de uma proposta de currículo única, porém flexível o que compreende a importância do cuidador educacional, que é habilitado, através de formação continuada, a contribuir com os/as professores/as no tocante a organizar o currículo de maneira que atenda às peculiaridades das crianças, de forma atrativa, inovadora, envolvente, facilitadora da aprendizagem.

Dessa forma, não se pode pensar isoladamente na formação de professores de educação especial, pelo contrário, é necessário considerá-la como parte integrante da formação dos profissionais da educação em geral. Mesmo diante dos novos cenários e demandas, as reformas educacionais ainda tendem a excluir a participação e a contribuição de professores/as, muitas vezes tratando-os como meros executores de projetos prontos, oriundos de políticas propostas governamentais. Os/as docentes precisam ser ativos na construção do conhecimento, precisam estar sempre analisando suas práticas, serem crítico diante de posturas que difiram da proposta de inclusão.

No que se refere à educação inclusiva, podemos questionar o modelo de formação docente e ideologias impostas, já que valores, crenças e compreensão de mundo são transferidos em parte, pela educação, deixando lacunas quanto à educação inclusiva (CARTOLANO, 1998). A autora chama atenção para a ideologia do sistema capitalista, que classifica e seleciona os “melhores” e exclui outros, conforme determinados padrões de características físicas, comportamentais e morais. Faz-se necessário que docentes tenham posturas de pesquisadores/as e estejam sempre analisando suas práticas, sem abandonar a luta

histórica que a educação inclusiva constitui, que cada momento histórico faz emergir (CARTOLANO,1998). Esse pensamento, converge com Giroux (1992, p. 14) ao afirmar que

Os professores são considerados mais como obedientes servidores civis, desempenhando ordens ditadas por outros, e menos como pessoas criativas e dotadas de imaginação, que podem transcender a ideologia dos métodos e meios a fim de avaliar criticamente o propósito do discurso e da prática em educação.

Tal concepção defende movimentos de resistência a situações de desrespeito e de dominação, que negue aos sujeitos o direito de pensamento, de “voz” e de ação reflexivos e críticos. Nessa possibilidade de resistência, Giroux, desenvolve trabalhos que demonstram uma possível canalização dessa resistência, demonstrada tanto por alunos/as quanto por professores/as para o desenvolvimento de uma pedagogia e de um currículo que tenham conteúdos claramente políticos e que sejam críticos das crenças e dos arranjos sociais dominantes (Giroux apud SILVA, 2007). Segundo Giroux (1992), o movimento de resistência apoia-se na Teoria Crítica que se dar por duas vertentes: vida social (geral) e ou no próprio currículo (em particular). Mas essa vertente, ao centrar-se nas diferenças econômicas, não contemplam devidamente as injustiças causadas por diferenças culturais, que precisam ser reconhecidas e respeitadas, tais como físicas, étnicas, de gênero, regionais, religiosas e outras. Nesse sentido, as teorias pós-críticas muito podem contribuir, graças à centralidade na cultura e nas diferenças associadas a ela. Portanto, nesse lugar/espço político que é a escola e o currículo, há um potencial para resistência, rebelião e subversão aos modelos preconcebidos, preconceituosos, que representem negação de direitos e corroborem injustiças sociais que marcam determinados grupos sociais, dentre os quais aqueles compostos por pessoas com deficiências.

O Projeto Pedagógico da Escola (PPE) é o melhor instrumento para desenvolver um projeto curricular que corrobore o reconhecimento e o respeito às diferenças, que reflita as demandas e necessidades das comunidades escolares, suas particularidades, limitações e potencialidades. Ao se constatar que as práticas escolares são dinâmicas e precisam da coletividade, tem-se a possibilidade de dar significado à construção de um PPE e de um currículo, concebidos não só como documentação, mas como processo de ensino e aprendizagem, que requer apoderação de decisões e acompanhamento de conseqüentes ações. O/a educando/a que contribui na elaboração do PPE e participa de sua efetivação, tem a chance de exercer um ensino verdadeiramente democrático, fundamental para assegurar a inclusão e o ensino de qualidade.

A participação da comunidade escolar, dar conformidade ao proposto na Declaração de Salamanca (1994, Art. 61) quando menciona que gestores, professores e pais deveriam ter relações estreitas de colaboração e apoio nas tomadas de decisões e na efetivação de atividades educativas, contribuindo para uma inclusão positiva. Nesse sentido, o/a cuidador/a educacional deve ter respaldo para opinar na construção do mesmo, pois está dentro de suas funções defender os direitos e a integração do/a aluno/a. Convergindo com a Declaração de Salamanca existem os pressupostos da Constituição Federal brasileira de 1988, a LDB/1996, o Decreto nº 7611/2011 e outros, que fundamentam a construção do PPE e do currículo como elementos norteadores da escola, pautados em princípios democráticos. Dessa forma, não pode negar a participação dos membros da comunidade escolar.

A participação de diferentes segmentos das comunidades escolares nessa construção deve incluir o/a cuidador/a, as pessoas com deficiências e ou suas famílias, uma vez que são estes/as que vivem os dramas e os encantos do “ser diferente”, da luta pelo direito de ser criança, de aprender com outras crianças. Nesse sentido, Marchesi (2004, p. 39) relata:

Um currículo centrado fundamentalmente nos conteúdos conceituais e nos aspectos mais acadêmicos, que propõe sistemas de avaliação baseados na superação de um nível normativo igual a todos, lança ao fracasso alunos com mais dificuldades para avançar nestes âmbitos. Os currículos mais equilibrados, nos quais o desenvolvimento social e pessoal também tem importância e em que a avaliação seja feita em função do progresso de cada aluno, facilitam a integração dos alunos.

A escola não pode caminhar sozinha, pois as trocas de conhecimentos e de experiências favorecem o processo de ensino e aprendizagem para o desenvolvimento de todas as pessoas, independentemente das diferenças que apresentem. Caso contrário, a escola não efetivará uma proposta de educação inclusiva.

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, associado à análise documental, realizada em duas escolas da rede municipal de educação de Campina Grande/PB. Os participantes são do sexo feminino: quatro cuidadoras educacionais e quatro professoras das salas de ensino regular. As participantes foram previamente esclarecidas sobre a finalidade do estudo, sua autonomia de decidir pela participação ou recusa, o anonimato, bem como outros direitos. Só após anuência das participantes, procedeu-se à coleta de dados, por meio de questionário com questões discursivas.

Os questionários foram elaborados pelo Google Formulários, encaminhados às professoras e às cuidadoras via e-mail. O mesmo contendo nove questões abertas, abordando formação docente, experiência profissional, atribuições do/a cuidador/a, adaptação do currículo e outros. Já o questionário destinado às professoras continha onze questões abertas, que contemplaram formação docente, experiência profissional, opinião sobre às políticas de inclusão dos/as educandos/as na Rede Municipal de Ensino de Campina Grande/Pb, atribuições e importância do/a cuidador/a, dentre outras.

Após a crescente demanda de educandos/as com deficiência na rede pública municipal de Campina Grande-PB e as práticas de inclusão que permeiam a sociedade, o município tenta atender tais práticas com políticas e propostas que forneçam subsídio para a efetivação das mesmas. Atende desde a primeira etapa da educação básica (creches) até os anos finais, incluindo a Educação de Jovens e Adultos (EJA) para quem não concluiu os estudos no período apropriado.

Nas duas escolas campo da pesquisa, são desenvolvidos trabalhos pedagógicos a partir dos eixos temáticos proposto pela SEDUC/CG, com os mesmos padrões de ensino. A Escola 1 possui uma estrutura física apropriada para atende à demanda inclusiva, mas não dispõe de sala de recursos multifuncionais, ou seja, sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE). Atende a Educação Infantil (pré escolas) e os anos iniciais do (1º ao 5º ano) do ensino fundamental, funcionando apenas no turno da tarde. A Escola 2, está situada num bairro com melhor infraestrutura, com um público considerado de classe média baixa e atende desde a educação infantil (pré escolas), aos anos finais do ensino fundamental (6º ao 9º ano). No horário noturno atende a Educação de Jovens e Adultos (EJA). Sua estrutura física atende os padrões de uma escola inclusiva, contudo, também não dispõe da sala de recursos multifuncionais e encontra-se em reforma para construção da mesma, que está em fase de

conclusão. Havia a previsão de inauguração este ano, segundo conversas informais com as professoras, o que não aconteceu.

Nos Quadros 1 e 2 a seguir, apresentamos a forma de identificação e a formação das participantes.

Quadro 01 – Identificação e perfil das Cuidadoras

IDENTIFICAÇÃO	FORMAÇÃO ACADÊMICA	ANOS DE EXPERIÊNCIAS
Cuidadora 01	Pedagogia, Especialização em Ed. Infantil e em Atendimento Educacional Especializado (AEE)	1/6 meses
Cuidadora 0 2	Graduação (outra área) e cursando Pedagogia	4 anos
Cuidadora0 3	Cursando Pedagogia	4 anos
Cuidadora 04	Cursando Pedagogia	4 anos

Fonte: A autora

Como podemos observar que a SEDUC/CG não exige formação em nível de graduação para contratação de Cuidadores/as como admite a legislação brasileira. Não há concurso público, mas contratação para prestação de serviço com tempo de um ano, sendo renovado no ano seguinte caso os seus trabalhos sejam solicitados. Os critérios de seleção são, como já foi citado, ter formação em nível médio (magistério/normal) ou em nível superior, mesmo sem ter sido concluído.

As cuidadoras 1 e 2 estão prestando os seus serviços na Escola 1, todavia, que apenas funciona em um expediente (tarde). Para cumprimento da carga horária de trabalho, prestam serviço também em outra escola da rede de ensino. Na Escola 1, campo da pesquisa, as crianças atendidas são do sexo masculino. A criança da Cuidadora 1, embora matriculada na educação infantil (pré escola II) tem sete anos e tem paralisia cerebral. A criança da Cuidadora 2 tem oito anos, tem Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) e está cursando o 3º ano do fundamental.

As Cuidadoras 3 e 4 trabalham na Escola 2 nos dois turnos (manhã e tarde), porém com crianças e turmas diferentes, porém levamos em consideração a turma da Cuidadora 3 da educação infantil, sala pré-escola II, com uma criança de seis anos acometida por Síndrome de Seckel, um distúrbio congênito raro também conhecido por nanismo microcefálico primordial ou como “cabeça de pássaro”. Já a Cuidadora 4 atende a uma criança de seis anos de idade, no 1º ano do fundamental, com baixa visão e Transtorno do Espectro do Autismo (leve), mas que tem uma dicção um pouco comprometida. Todas afirmaram que atuam com

muita responsabilidade e compromisso, procurando conhecer um pouco a realidade e complexidade das crianças para conseguir desenvolver um trabalho com êxito. Em conversas informais e preliminares as Cuidadoras disseram que são contratadas temporariamente e sentem falta de uma estabilidade, de uma lei mais específica que trate o cuidador educacional como um profissional da área da educação, não como uma adaptação.

Quanto às Professoras, temos o seguinte Quadro:

Quadro 02 – Identificação e perfil das Professoras

IDENTIFICAÇÃO	FORMAÇÃO ACADÊMICA	ANOS DE EXPERIÊNCIAS	TURMAS/ DEFICIÊNCIAS
Professora 01	Pedagogia	05 anos	Pré II- Paralisia cerebral
Professora 02	Pedagogia	14 anos	3º Anos iniciais- autismo
Professora 03	Pedagogia	20 anos	Pré II- síndrome de seckel
Professora 04	Pedagogia	20 anos	1º Anos iniciais- Baixa visão- autismo

Fonte: A autora

As Professoras das turmas foram admitidas no serviço público por meio de concurso de provas e títulos, portanto são efetivas e com prestação de serviço regulamentada por Plano de Cargo e Carreira e Remuneração (PCCR), exceto a Professora 1, que é prestadora de serviço temporário.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 Percepção das Cuidadoras acerca do trabalho que desenvolvem

A função de Cuidador/a educacional consiste numa adaptação de uma ocupação que integra a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), sob o código 5162, do Ministério da Saúde, cujo papel “ultrapassa o simples acompanhamento das atividades diárias dos indivíduos, sejam eles saudáveis, enfermos e/ ou acamados, em situação de risco ou fragilidade, seja nos domicílios e/ou em qualquer tipo de instituições na qual necessite de atenção ou cuidado diário” (BRASIL, 2008, p. 8).

A SEDUC/CG disponibiliza aos cuidadores/as um protocolo de acompanhamento bimestral que possibilita o registro das atividades dos/as alunos/as com deficiência, que necessitam de atendimento educacionais especial. Este também serve para avaliação contínua dos avanços alcançados pelo/a educando/a durante o bimestre (anexo B, p. 42). Há uma importância nesse acompanhamento das atividades. Conforme Minetto (2008p.101),

O professor precisa organizar-se com antecedência, planejar com detalhes, as atividades e registrar o que deu certo e depois rever de que modo as coisas poderiam ter sido melhores. É preciso olhar para o resultado alcançado e perceber o quanto ‘todos’ os alunos estão se beneficiando das ações educativas.

Diante da visão de Minetto (2008), podemos constatar a importância do/a cuidador/a para fazer todo o acompanhamento do/a aluno/a, do planejamento das atividades à mediação, passando pelas adaptações curriculares. De acordo com as atribuições que a SEDUC/CG orienta, destacamos a principal: “está atento ao desenvolvimento físico, psicossocial e pedagógico do aluno que acompanha e, ao término de cada bimestre, preencher com a colaboração do gestor/a, do/a professor/a da sala de Recursos Multifuncionais (AEE), da professor/a da sala regular e da Equipe Técnica o protocolo de acompanhamento” (SEDUC-CG, 2017 p.1). Além disso, ao final dos quatro bimestres, deve preencher um protocolo final com o resumo das informações, ou seja, um relatório final, emitindo uma cópia para escola, uma para secretaria de educação e outra para família do aluno/a. Ao serem questionadas sobre suas atribuições, as Cuidadoras responderam:

Quadro 03 - Atribuições das cuidadoras

CUIDADORA	ATRIBUIÇÕES DOS CUIDADORES (AS)
01	Auxiliar as crianças com necessidades especiais em suas atividades na escola.
02	Desenvolver atividades pedagógicas, auxiliar no desenvolvimento da aprendizagem motora, psicomotora e orientar a criança em possíveis situações que ela não possa resolver sozinha.
03	Mediar os alunos com deficiência em suas atividades, como também auxiliá-los nas AVDS (atividades de vida diária), exemplo: ir ao banheiro, alimentar-se, locomoção, etc.
04	Auxiliar os alunos nas atividades típicas da escola (ler, escrever, caso estes não tenham autonomia intelectual ou motora), criar situações de socialização, interativas com seus pares, ajudar na locomoção, higienização dos alunos com necessidades especiais, quando necessário.

Fonte: A autora

Diante do exposto, observamos que todas as participantes têm ciência quanto às suas atribuições, considerando-se o que está posto no documento “Atribuições para exercer a função de cuidador/a”, elaborado pela equipe pedagógica da SEDUC/CG em abril de 2016 com atualização em março de 2018.

Ao serem indagadas porque escolheram trabalhar nessa área, a Cuidadora 1 e a Cuidadora 3 responderam que buscaram especializações na área porque percebiam uma oportunidade de por em prática as suas aprendizagens teóricas, além de considerar um trabalho encantador. A Cuidadora 2 e a Cuidadora 4, alegaram a necessidade de trabalhar, tendo sido essa a única oferta encontrada, por isso, resolveram assumir, porém ao se envolverem com as crianças e com suas famílias se encantaram pelas histórias de luta e superações, despertando-lhes outros interesses pela profissão.

De acordo com Mouzinho, (2010), “a figura do cuidador é considerada uma adaptação na pedagogia”, mas legalmente assegurada, diante das mudanças no sistema público de ensino, no que se refere ao atendimento individualizado, oriundo de um sistema de ensino inclusivo. Diante da necessidade de apoio aos professor/as da sala regular, a SEDUC/CG inseriu no quadro de profissionais da educação/as cuidadores/as. Contudo, são muitas as dificuldades enfrentadas, tais como: 1) os critérios de legalização, pois o município não realizou concursos incluindo essa categoria; 2) a falta de reconhecimento quanto à relevância do trabalho e as atitudes de alguns membros das escolas que geram muito desconforto, por vezes são constrangidas pelo tratamento de inferioridade, relatos de conversas informais com as mesmas; 3) a baixa remuneração.

As respondentes afirmaram que, apesar das dificuldades, a função se torna gratificante devido ao fato de poderem contribuir com as crianças nessa luta pela igualdade de condições. Sentem-se realizadas pelas lutas constantes das famílias que buscam, incansavelmente, pela inclusão dos seus filhos/as num ambiente escolar acolhedor, onde eles/as possam desfrutar dos mesmos direitos que as demais crianças da mesma idade. Na sequência, perguntamos se as Cuidadoras participavam do planejamento, obtendo as seguintes respostas:

Quadro 04 – Participação no planejamento

CUIDADOR(A)	PARTICIPA DO PLANEJAMENTO DA ESCOLA? COMO?
01	Contribuindo para os professores fazer as atividades diferenciadas para os alunos com necessidades especiais, de acordo com a deficiência de cada um. Sim, em atividades feitas de acordo com a necessidade de cada criança.
02	Atualmente sim. Minha Gestora é muito aberta, ela faz questão que todos participem e façam suas indagações, participamos com sugestões, opiniões e sempre de forma coerente. Estamos fazendo encontros pelo meet, uma vez por semana das 14:00 às 17:00 horas. Sim! Só de nós cuidadoras estarmos presentes, isso já é uma grande vantagem. Somos ouvidas e temos respostas sobre as necessidades do nosso trabalho.
03	Infelizmente não tenho essa oportunidade. Fica por conta da professora. Não. Até porque as atividades que elas aplicam não são adaptadas.
04	Nas escolas em que trabalho só eventualmente.

Fonte: A autora

Lembrando que as participantes trabalham em duas escolas municipais diferentes, que têm normativas próprias. Considerando a importância desse planejamento, é lamentável negar a participação do cuidador/a nessa atividade, pois esse é um momento oportuno para a troca de conhecimentos, para reflexão acerca de “o que ensinar” e de “como ensinar”, de maneira que todos/as os/s educandos, indistintamente, tenham a possibilidade de partilhar os conhecimentos, pois eles aprendem muito com a interação com seus pares. Como está posto na Declaração de Salamanca,

[...] todas as crianças deveriam aprender juntas, independente de quaisquer dificuldades ou diferenças que possam ter. As escolas inclusivas devem reconhecer e responder às diversas necessidades de seus alunos, acomodando tanto estilos como ritmos diferentes de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade a todos, por meio de currículo apropriado, modificações organizacionais, estratégias de ensino, uso de recursos e parceria com a comunidade (UNESCO, 1994, p. 05).

As proposições internacionais têm sido imprescindíveis para induzir às políticas locais desde a década de 1990, contudo há um distanciamento entre estas e a realidade das

comunidades escolares. Cabe-nos, então, indagar: Será que, essas escolas de Campina Grande/PB estão trabalhando devidamente a inclusão das pessoas com deficiência?

Para isto, um dos requisitos é a participação de toda equipe, incluindo as cuidadoras, em todas as etapas do processo, mas os relatos deixam claro que nem sempre essa parceria acontece, ficando a impressão de que a adaptação curricular é precária e pouco planejada. Apenas as cuidadoras fazem materiais manipuláveis, adaptados com tecnologia assistiva de baixo custo. Um aspecto negativo com relação as duas escolas, é que não possuem sala de recursos multifuncionais e o/a aluno/a precisa se deslocar para uma escola mais próxima que atenda a sua necessidade. Por ser um trabalho que acontece no horário oposto das aulas na sala regular, a Cuidadora não o acompanha, pois está com outra criança, já que ela tem que cumprir o horário de trabalho, sendo em dois turnos, podendo atender a alunos/as com diferentes deficiências. Isto ocasiona falta diálogo e interação com a professora do AEE, sala de recursos multifuncionais da escola que os recebem; ocorre uma descontinuidade quanto às estratégias e, portanto, uma descontinuidade dos avanços alcançados com a criança.

As escolas campo da pesquisa precisam melhorar e inovar suas práticas, do contrário estarão segregando esses educandos/as, ao invés de inclui-los. Além disso, precisa modificar a visão que tem da pessoa com deficiência, entendendo que elas têm muito a contribuir também, de forma a oportunizar, desde cedo, que as crianças aprendam a lidar com as diferenças. As escolas precisam dar a devida importância à participação dos pais/mães e cuidadores/as no planejamento escolar e no ajuste dos projetos das escolas, pois eles/as são mais próximo da realidade desses educandos/as. Para Mantoan (2013), p. 13),

Os sistemas escolares também estão montados a partir do pensamento que recorta a realidade, que permite dividir os alunos em normais e deficientes, a modalidade de ensino em regular e especial, os professores especialistas nestas ou naquela manifestação das diferenças. A lógica dessa manifestação é marcada por uma visão determinista, mecanicista, formalista, reducionista, própria do pensamento científico moderno, que ignora o subjetivo, o afetivo, o criador, sem os quais não conseguimos romper com o velho modelo escolar para produzir a reviravolta que a inclusão impõe.

Com relação às escolas campo da pesquisa, perguntamos como as Cuidadoras têm sido recebidas nas suas salas de aula pelas professoras. Todas expressaram-se quanto a uma receptividade, destacando que, principalmente, as que lecionam há mais tempo falam que foram pegadas de surpresa pela proposta de trabalho com esse público. Expressaram que as

professoras também apresentam dificuldades em lidar com a situação atual e que as formações da SEDUC/CG pouco instruem para a inserção desse público nas salas de aulas regulares.

Questionadas sobre as estratégias para adaptar o currículo às necessidades do/a aluno/a, a Cuidadora 1 afirma que utiliza jogos pedagógicos porque as atividades lúdicas contribuem para um bom rendimento. Essa estratégia é crucial na adaptação, pois possibilita a interação com outras crianças, embora sob a supervisão das cuidadoras. Jogos e brincadeiras refletem a oportunidade de desenvolver habilidades sociais muito importante para uma permanência prazerosa e significativa no ambiente escolar.

As demais cuidadoras, responderam que procuram se integrar e dialogar com a família do/a aluno/a, com a professora, com a gestão escolar e pedagógica para ter uma visão mais ampla quanto às limitações e possibilidades, então, fazem adaptações de maneira que atendam às peculiaridades do público alvo. Essa integração e diálogo são importantes porque o trabalho do/a cuidador/a é individual, mas não significa que deva ser isolado. Para que haja as adaptações é necessário, justamente, um trabalho em equipe, que envolva cuidador/a, professor/a, escola, família e também apoio terapêutico. Como afirma Mouzinho (2010), p. 95), “algumas adaptações curriculares podem ser feitas seguindo a proposta do professor da turma e das terapias de apoio. Para tanto, é necessário conversar com a equipe terapêutica para que as ações sejam coerentes e uniformes”.

4.2 Percepção das Professoras quanto ao trabalho das Cuidadoras

Apresentamos nesta seção, as contribuições das quatro professoras que trabalham com as Cuidadoras participantes e que se encontram inseridas neste contexto de escola inclusiva, que almejam adequar-se a essa nova realidade, mas que ainda enfrentam diferentes dificuldades. Sabemos que “o novo” por vezes, pode causar insegurança, que falhas podem acontecer, gerar conflitos, porém não podemos perder o foco, que é buscar novas formas de aprendizagem que envolvam os/as educandos/as no processo de ensino/aprendizagem e produzam resultados de qualidade para todos/as.

Sobre a importância da parceria cuidador/a e professor/a, ambas precisam estar cientes de suas atribuições. Como afirma Mouzinho (2010), p. 104), “o mediador (cuidador) deve estar apto a orientar o professor com estratégias que favoreçam o comportamento interativo com o aluno. O mediador não pode esquecer que a turma, incluindo a criança que ele atua,

tem um professor para conduzi-la”. Esta mesma regra se aplica ao professor/a, uma vez que a parceria só acontece se houver responsabilidade e comprometimento de ambas as partes. O/a professor/a não pode se esquivar de sua obrigação com o/a aluno/a especial pelo fato dele ter um/a cuidador/a.

É importante ressaltar que, o que os tornam aptos para atuarem nesse contexto não são apenas os anos de experiência profissional, mas também as habilidades que desenvolvem frente à política de educação inclusiva. O/a professor/a não é detentor/a do saber e precisa estar aberto ao diálogo e à troca de experiências. Ademais, precisam interagir com os/as alunos, instigá-los a ampliar seus conhecimentos, a ter um olhar voltado à heterogenia. Segundo Mantoan (2003), o mito de que o/a professor/a é o que tem a chave do saber para melhor explicar e dosar os conhecimentos que o/a aluno/a deve aprender precisa cair. Defendemos o “ensino que emancipa e não aquele que submete às pessoas intelectualmente (MANTOAN, 2003, p. 39). Nessa perspectiva de emancipação, perguntamos às Professoras quais eram as atribuições das Cuidadoras. Elas responderam conforme o Quadro 5 a seguir.

Quadro 05 – Visão dos professores sobre as atribuições dos cuidadores

PROFESSORA	ATRIBUIÇÕES DAS CUIDADORAS
01	Comprometimento, dedicação e acessibilidade.
02	Cuidar e educar, respeitando as particularidades de cada criança
03	Oportunizar experiências de aprendizagem para desenvolvimento integral respeitando as particularidades.
04	Acompanhar de forma individualizada e adaptar os conteúdos à necessidade de seu aluno.

Fonte: da autora

De acordo com o que está no protocolo da SEDUC/CG, no item 2º, o cuidador necessita “saber mediar o aluno para os cuidados pessoais, bem como auxiliá-lo para o uso do banheiro e outras atividades que o levem ao desenvolvimento de sua autonomia”, Atribuições do cuidado/a, (SEDUC/CG, 2018). Frente a esse compromisso, observa-se que as professoras são unânimes em afirmarem que as cuidadoras mantêm comprometimento com uma educação de qualidade para os seus educandos/as, com respeito as peculiaridades de cada um, colaborando para autonomia dos mesmos. Fica claro, que a função do cuidador/a é extremamente importante no cenário da educação inclusiva. Os/as professores/as sozinhos/as não conseguiriam dar conta de uma demanda de alunos/as e atender às individualidades dos educandos/as com deficiências.

A equipe pedagógica da SEDUC/CG promove formações continuadas mensalmente. O/a professor/a por mais experiente que seja na sua profissão, precisa estar sempre revendo e

inovando conhecimentos e práticas. Embora a proposta de educação inclusiva não seja mais tão nova, sua implementação é recente e o novo pode causar o desconforto da insegurança, mas é preciso ter coragem para enfrentar os desafios. Segundo Minetto (2008), p.17),

Quanto mais conhecemos determinado fato ou assunto, mais nos sentimos seguros diante dele. O novo gera insegurança e instabilidade, exigindo reorganização, mudança. É comum sermos resistentes ao que nos desestabiliza. Sem dúvida, as ideias inclusivas causaram muita desestabilidade e resistência.

Para isto, muito pode contribuir a formação continuada, que possibilita a troca de saberes e conhecimentos, envolvendo os/as profissionais em um ambiente reflexivo, que contribua para desenvolver habilidades significativas e avanços numa perspectiva inclusiva, com planejamento sistemático e interdisciplinar. Assim, questionamos se as Professoras participavam do planejamento escolar. Elas responderam que sim, destacando que, devido aos cuidados com a pandemia, os encontros estavam ocorrendo pela plataforma *Google Meet*.

As Professoras 2 e 4 responderam que o planejamento contempla a educação especial, que trabalham as adaptações das propostas e das atividades, as demais responderam que não são direcionados a essa demanda, que o foco são sempre outras questões. Apenas quando a SEDUC/CG convoca é que é específico para educação inclusiva. É necessário que as políticas educacionais sejam no sentido de erradicar qualquer ato excludente e de priorizar mais a educação especial, que encontra respaldo na lei. De acordo com a Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), a educação é um direito de todos e dever do Estado (Art. 20); o ensino deve ser pautado na igualdade de condições para acesso e permanência na escola (Art. 206, inciso I); deve assegurar o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino (Art. 208, inciso III). O que se percebe, em muitos casos, é uma postura que limita a inclusão a um sistema paralelo da educação.

De acordo com LDB/1996 haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular para atender às peculiaridades da clientela de educação especial (BRASIL, 1996). O problema é que há uma distância entre o previsto nas leis e às condições efetivas para implementação. Muitas vezes, a burocracia impede que os direitos sejam assegurados. Para ter atendimento especializado, a criança precisa apresentar no ato da matrícula o laudo médico com a Classificação Internacional de Doenças (CID), do contrário não tem seu direito garantido, mesmo que seja notória a necessidade desse atendimento com a mediação do cuidador. Como sistema de saúde é precário, há dificuldade de atendimento com especialistas,

de realização de exames que facilitem um diagnóstico e a prescrição do atendimento. Assim, muitas crianças ficam sem atendimento especializado, que é imprescindível ao seu desenvolvimento, inclusive para controle da agressividade em determinados casos.

As Professoras demonstraram satisfação com a política nacional e municipal consequentemente, mas estão insatisfeita com as falhas na implementação nas escolas, em particular nas que atuam, como vemos no Quadro 6 a seguir.

Quadro 06- Política de Inclusão

PROFESSORA	OPINIÃO SOBRE A POLÍTICA DE INCLUSÃO DOS/AS EDUCANDOS/AS COM DEFICIÊNCIA NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE CAMPINA GRANDE/PB
01	A proposta contempla as crianças com o apoio de um cuidador, mas sinto falta de uma formação para o professor poder atuar de forma mais efetiva.
02	Reconheço que a política vem se ampliando, mas que ainda deixa muito a desejar. Falo da formação dos profissionais e também da questão salarial dos cuidadores.
03	Acredito que houve avanços para ambas as partes, agora é preciso fazer o necessário para que o direito seja validado com políticas públicas voltadas no investimento de escolas, salas de aula, capacitações para professores e cuidadores, com planejamentos que acredite na educação para todos.
04	A proposta é excelente, mas as escolas precisam se adequar para que seja de fato efetivada.

Fonte: da autora

Observamos que as Professoras reconhecem a relevância e os avanços da política de inclusão, mas que faltam ações para efetivá-las mais incisivamente. As escolas têm uma determinada autonomia para desenvolver a política, desde que tenham as condições necessárias em termos de formação e remuneração dos profissionais e das condições materiais das escolas e das salas de aula. O que se sabe é que ainda há muito a melhorar. As escolas necessitam ser reestruturadas, principalmente no tocante às questões curriculares. Por exemplo, a grande maioria não possui sala de recursos multifuncionais, para o AEE, submetendo as crianças com deficiências a se deslocarem para outras escolas no contra turno, de modo que as professoras da sala regular e as cuidadoras da escola de matrícula ficam sem acesso a informações sobre esse trabalho.

Quando indagadas quanto às adaptações curriculares, as Professoras responderam, conforme o Quadro 7 a seguir.

Quadro 7 – Adaptações no currículo escolar

PROFESSOR(A)	ADAPTAÇÕES NO CURRÍCULO ESCOLAR E A OPINIÃO DOS PROFESSORES DE COMO REALIZÁ-LAS
01	Com políticas públicas voltadas à educação de qualidade. Criação de novas escolas, concurso público para atender às demandas dos alunos, porque hoje as salas são pequenas e superlotadas. Que o currículo atenda os alunos respeitando o ser humano como um ser que sempre pode aprender, criar propostas coletas, indicar sugestões reais para a demanda que as escolas hoje têm.
02	Com propostas de atividades diferenciadas e com acompanhamento individual.
03	Estas adaptações acontecem no planejamento conforme as atividades e propostas.
04	Com atividades adaptadas, materiais concreto que o aluno possa manipular e facilite a aprendizagem.

Fonte: da autora

De acordo com o exposto, observamos que o momento é de inovação e entendemos que a SEDUC/CG e os/as profissionais têm unido esforços para que as escolas municipais desenvolvam a política inclusão com o máximo de transparência. Todavia, destacamos a necessidade de revisão permanente de suas teorias e práticas. Como relata Cartolano (1998), faz-se necessário que o/a professor/a tenha uma postura de pesquisador/a e esteja sempre analisando suas práticas, sem abandonar a luta histórica que a educação inclusiva constitui, que emerge em cada momento histórico. Como resultado das lutas em defesa dos direitos desse público é que as redes de ensino adotam a contratação dos/as cuidadores/as, que se tornaram extremamente importantes nos ambientes escolares. Para que o ensino/aprendizagem dos/as educandos com deficiência tenha significado, é necessária uma dinâmica de trabalho integrada, mudança no PPE, adaptação curricular às maneiras peculiares do aluno, mas sem perda do conteúdo.

Segundo as Professoras elas têm as seguintes atribuições:

Quadro 08 - Atribuições do cuidador segundo as professoras

PROFESSORA	ATRIBUIÇÕES DO/A CUIDADOR/A
01	Responsabilidade, dedicação, estudo, sensibilidade, respeito ao próximo e acessibilidade.
02	Zelar pela saúde e bem-estar da criança, tanto como cuidar da alimentação, estimular e cuidar da higiene pessoal da criança. A auxiliar na mediação de ensino de conteúdo e resolução de atividades. Fazer registros de seu desenvolvimento para auxiliar no atendimento individual especializado, entre outros acompanhamentos.
03	Auxiliar a criança especial na realização das propostas e atividades e demais necessidades que sua especificidade exige.
04	Atender individualmente o aluno e auxiliar nas suas necessidades para que gradativamente alcance a sua autonomia.

Fonte: a autora

As Professoras participantes compreendem que as cuidadoras são agentes ativos da educação numa perspectiva inclusiva, que através da sua intervenção o/a aluno/a amplia a oportunidade de acesso, permanência e qualidade no ensino regular. Conforme está prescrito na Constituição Federal, Art. 206, inciso I: “a igualdade de condições de acesso e permanência na escola” (BRASIL, 1988) deve ser garantidas a todos os cidadãos e cidadãs. Sem a mediação do/a cuidador/a na sala regular não seria possível explorar suas potencialidades e garantir o seu pleno desenvolvimento. O AEE não pode substituir o ensino regular, todavia é um complemento importante.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse estudo analisamos a importância do/a cuidador/a educacional no processo de inclusão de alunos/as com deficiência e as políticas de currículo, bem como sua implementação em duas escolas da rede municipal de educação de Campina Grande/PB. Os relatos das participantes confirmam que as cuidadoras educacionais têm papel relevante na mediação pedagógica, contribuindo com os/as professores/as. Porém, enfrentam os desafios da baixa efetividade das políticas em processo de implementação; da falta de reestruturação organizacional e curricular. Por vezes, o atendimento deixa a desejar e não atende satisfatoriamente às necessidades de seu público.

A realidade de inclusão das pessoas em geral e das pessoas com deficiência em especial, exige uma mudança de paradigma nas políticas e nos projetos educacionais, bem como na mentalidade das pessoas. Unificar o ensino sem dar ênfase às peculiaridades das escolas e dos/as estudantes, configura uma forma perversa e silenciosa de contribuir para exclusão destes. Portanto, o papel do/a cuidador/a é crucial nesse contexto, sinaliza uma das conquistas legais da comunidade. Dentre outras, ele/a tem a finalidade de promover a interação entre os/as alunos/as, para que aprendam a conviver com as diferenças, respeitando e aprendendo juntos/as, porque todos/as têm algo para ensinar, independentemente de qualquer limitação. Sua mediação possibilita novas formas de ensino e aprendizagem, estimulando à aquisição de novas capacidades afetivas, sociais e intelectuais, que são cruciais à sua trajetória escolar.

Constatou-se que as escolas públicas municipais de Campina de Grande/PB têm se empenhado no sentido de promover a educação inclusiva e têm apresentado alguns avanços significativos. Todavia, apresentam uma conjuntura que não dá suporte igualitário a todos/as. A educação especial não pode ser entendida como um sistema de ensino paralelo ao ensino regular, mas como indissociável, devendo-se eliminar qualquer ato excludente que impeça a sua efetivação.

As Professoras das salas regulares, se preocupam em atender essa demanda, que atualmente tem sido crescente. Observamos que elas demonstram certa dificuldade em lidar com a diversidade e que se sentem mais seguras com a presença do/a cuidador/a e que julgam a parceria fundamental para os avanços. As cuidadoras estão sempre inovando suas práticas porque participam de formação continuada mensalmente e podem contribuir com a permanência dessa nova demanda escolar. Todavia, as escolas prescindem de um trabalho mais integrado, desde o planejamento ao acompanhamento dos resultados.

A participação interativa/interdisciplinar de professoras e cuidadoras fortaleceria a possibilidade de opinarem, refletirem, discutirem, tomarem decisões e agirem juntas e com as comunidades escolares. A efetivação e a sistematização do conhecimento produzido coletivamente na construção do PPE pode permitir a universalização da qualidade da aprendizagem de todos/as os/as estudantes no cotidiano da sala de aula. Para tanto, a participação do/a cuidador/a na construção PPE, portanto também do currículo, possibilita melhorar a percepção das subjetividades, identificando limitações, dificuldades e potencialidades que cada pessoa tem de si própria, das outras, da escola e da sociedade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva. Brasília, DF, 2014. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-05122014&Itemid=30192>. Acesso em: 4 de fevereiro de 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Casa Civil. **Lei nº 13.146**, de 6 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência**. (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Capítulo IV, Art. 27, Art. 28, incisos X e XI. <Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm> Acesso em: 04 de fevereiro de 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 9394/96**, 20 de dezembro de 1996. Estabelece Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996 Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn2.pdf,>Acesso em: 04 de fevereiro de 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Guia prático do cuidador**. Brasília: Ministério da Saúde, 2008. Disponível em: https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_pratico_cuidador.pdf. Acesso em: 4 dez 2020.

BRASIL. Imprensa Oficial. **Lei nº 8069**, de 13 de julho de 1990. Institui o Estatuto da criança e do adolescente. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm. Acesso em: 15 de fev 2020.

BRASIL. Casa Civil. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Casa Civil, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 15 de fev 2020.

CARTOLANO, Maria Teresa Penteado. Formação do educador no curso de pedagogia: a educação especial. **Cadernos CEDES** [online], v. 19, n. 46, 1998 pp29-40. ISSN 0101-3262. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-32621998000300004&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 25 de fev 2020.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. **Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais**. Espanha, 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 04 de fev. 2020.

GIROUX, Henry. **Escola Crítica e Política Cultural**. 3 ed. Trad. Dagmar Zibas. São Paulo: Cortez/autores Associados, 1992. Coleção Polêmicas do nosso tempo. Acesso em 15 de abril.2020.

LOPES, Mariana Moraes. **Perfil e atuação dos profissionais de apoio à inclusão escolar.** Dissertação (Mestrado em Educação Especial) – Programa de Pós-graduação em Educação Especial, Universidade Federal de São Carlos. 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/9899/LOPES_Mariana_2018.pdf?sequence=4&isAllowed=y>. Acesso em: 8 de fev 2020.

MANTOAN, M. T. E. A hora da virada. **Inclusão: Revista da Educação Especial**, Brasília, v. 1, n. 1, p. 24-28, São Paulo: Moderna, 2003.

MANTOAN, M. T. **Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como se faz?** São Paulo: Moderna, 2005.

MARCHESE, A. Desenvolvimento e educação de crianças surdas. COLL, C.; MARCHESE, C. e PALÁCIOS, J. (Orgs.). **Desenvolvimento psicológico e educação: transtornos do desenvolvimento e necessidades educativas especiais** (pp. 171-192). Porto Alegre: Artmed, 2004.

MINETTO, M. F. **O currículo na educação inclusiva: entendendo esse desafio.** 2. ed. Curitiba: IBPEX, 2008.

MOUSINHO, Renata *et al.* . Mediação escolar e inclusão: revisão, dicas e reflexões. **Rev. Psicopedagogia**, São Paulo , v. 27, n. 82, p. 92-108, 2010 . Disponível em:<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010384862010000100010&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 18 de mar 2020

SILVA, Tomaz Tadeu. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo.** 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

SILVA, Tomaz Tadeu. **Coordenação do Trabalho Pedagógico: do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula.** 5. ed. São Paulo: Libertad, 2004.

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO PARA OS CUIDADORES

Pesquisa de TCC

Apenas para Cuidadores

*Obrigatório

1. 1- Qual sua formação? *

2. 2- Há quanto tempo atua como cuidador? *

3. 3- Quais as suas atribuições como cuidador? *

4. 4- Porque escolheu atuar nessa área? *

5. 5- Fale um pouco de sua experiência como cuidador. *

6. 6- Você participa do planejamento da escola? Como? *

7. 7- O planejamento contempla a educação especial? Como? *

8. 8- Considerando as experiências mais recentes, como tem sido recebido na sua sala de aula pelo professor? *

9. 9- Quais as estratégias que você utiliza para adaptar o currículo às necessidades do seu aluno(a) ? Por favor, exemplifique: *

APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO PARA OS PROFESSORES

Estudo Empírico TCC

Professores Regentes

*Obrigatório

1. 1-Qual sua formação? *

2. 2-Há quanto tempo atua como professor? *

3. 3-Quais as suas atribuições como professor? *

4. 4-Você participa do planejamento da escola? Como? *

5. 5-O planejamento contempla a educação especial? Como? *

6. 6-Qual a sua opinião sobre a Política de Inclusão dos educandos com deficiência na Rede Municipal de Ensino de Campina Grande/Pb? *

7. 7-Sabemos que para atender essa crescente demanda nas escolas regulares, é necessárias adaptações no currículo escolar. Como isso ocorre? *

8. 8-Sua turma tem aluno com deficiência? Qual a deficiência? *

9. 9-O/a aluno/a com deficiência tem cuidador? *

10. 10-Quais as atribuições do cuidador? *

11. 11-Que importância você atribui ao cuidador? *

ANEXO A – DOCUMENTO DAS ATRIBUIÇÕES DOS CUIDADORES DO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE - PB



ATRIBUIÇÕES PARA EXERCER A FUNÇÃO DE CUIDADOR (A)

- Entender sobre cuidados básicos de atividades de vida diária e prática do cotidiano dos alunos público alvo da educação especial que dependem de cuidados específicos (dar lanche aos que apresentam dificuldades motoras dos membros superiores, realizar a higiene bucal após a alimentação e nos casos de sialorréia (secreção abundante), locomoção, apoio pedagógico e a higiene corporal/intima e trocas de fraldas e de vestuário), que o levem ao desenvolvimento de sua autonomia.
- Saber mediar o aluno para os cuidados pessoais, bem como o auxiliá-lo para o uso do banheiro e outras atividades que o levem ao desenvolvimento de sua autonomia;
- Comunicar com antecedência sua ausência na escola e em caso de ida ao médico (o(a) cuidador(a)) ou extrema necessidade apresentar ao retornar o atestado, documento que comprove sua ausência naquele dia na escola;
- Conhecer sobre adequação postural para a pessoa com pouca ou nenhuma mobilidade e movimento corporal nos cuidados necessários;
- Deslocar com segurança e adequadamente o aluno, a respeito dos cuidados que ele necessita de acordo com as funções estabelecidas para o cuidador; Compreender indicações básicas contidas no histórico escolar do aluno com referência às necessidades educacionais especiais;
- No espaço escolar, está atento ao desenvolvimento físico, psicossocial e pedagógico do aluno público alvo da educação especial que acompanha, e ao término de cada bimestre, preencher com a colaboração do Gestor (a), professor (a) da Sala de Recursos Multifuncionais, Professor (a) da Sala Regular e Equipe Técnica o Protocolo de Acompanhamento. No final dos quatro bimestres, preencher um protocolo final com o resumo de informações registradas nos protocolos (1º, 2º, 3º e 4º).
- Ter conhecimento de quando uma situação requer outros cuidados fora aquele de seu alcance e do âmbito da escola;
- No espaço escolar, acompanhar única e exclusivamente o (s) aluno (os) conforme foi encaminhada pela SEDUC/Diretoria de Apoio as Escolas, evitando fazer outras atividades que não seja de sua competência;
- Acompanhar o aluno (a) nos espaços escolar, evitando atender as necessidades da mesma fora da escola quando solicitado pela família;
- Não disponibilizar antecipadamente informações sobre o protocolo de acompanhamento do aluno a família e/ou terceiros. Solicite sempre que aguarde o final do bimestre;
- Qualquer necessidade que o(a) cuidador(a) tenha em relação ao aluno e a família deverá comunicar com antecedência a direção da escola;
- A frequência assídua e pontualidade dos(as) cuidadores(as), na Unidade Escolar e nas formações continuadas promovida pela Coordenação da Educação Especial/ SEDUC-CG;
- Em caso de desistência da função, deverá por escrito comunicar a direção da escola e essa por sua vez comunicar a SEDUC-CG;
- Incentivar o aluno a estar em sala de aula, e outros ambientes educacionais (sala de leitura, sala de vídeo, sala de informática, e de recursos multifuncionais evitando está em espaços sem objetivos definidos ;
- Registrar por meio de portfólios (Protocolo de Acompanhamento) os avanços do(a) aluno(a) observados no decorrer do ano letivo e socializar com a direção da escola, professor da sala regular e professor do AEE e família;
- Está em interação com a direção da escola, professor da sala regular , professor da Sala de Recursos Multifuncionais e demais profissionais;
- Garantir o acompanhamento com o(a) aluno(a) no momento do recreio, evitando sofrer quedas, pancadas, ferimentos, causando danos à criança e Unidade Escolar. Ocorrendo uma destas situações, chamar imediatamente à direção da Unidade;
- Participar dos Planejamentos Pedagógicos realizados pela Unidade Escolar, no decorrer do ano letivo.

- Acompanhar pedagogicamente o trabalho do(a) professor(a) da sala regular mediando e adequando as atividades propostas para o(a) aluno(a), contribuindo com seu direito de aprendizagem
- Incluir o(a) aluno(a) em todas as atividades escolares estimulando para participação em (eventos, recreação e momentos culturais).
- Participação em outros eventos, só será permitida com a autorização da SEDUC-CG.

OBS: Esse profissional deverá auxiliar o aluno quando solicitado pelo coordenador pedagógico, professores, como também realizar apenas as atividades acima descritas compatíveis à sua função.

PORTANTO: Cuidador (a) é o profissional que auxilia o aluno em seus cuidados de vida diária e de vida prática, ajudando-o somente nas atividades que não consegue realizar sozinho como ir ao banheiro, apoio pedagógico, alimentação, troca de roupa e/ou fraldas e higiene pessoal. Todavia o(a) cuidador (a) deve evitar o uso de celular e/ou tablete, no horário de trabalho para assegurar que as atribuições estabelecidas acima, sejam realizadas.

Iara Moraes Gomes e Verônica Marques da S. Barbosa

Responsáveis pela elaboração

Abril 2016-

Atualizado em 26 de março de 2018.

**ANEXO B – PROTOCOLO DE ACOMPANHAMENTO PARA O CUIDADOR(A) DA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE - PB**

**PROTOCOLO DE ACOMPANHAMENTO
PARA O CUIDADOR (A)**





**PROTOCOLO DE ACOMPANHAMENTO PARA O CUIDADOR (A) DO PÚBLICO ALVO DA
EDUCAÇÃO ESPECIAL**

ANO: 2017

BIMESTRE

I	II	III	VI	RESULTADO FINAL

I - Identificação:

Nome da Criança:		
Escola:		
Pai:		
Mãe:		
Laudo/CID:		
Diretora:		
Professora da Sala Regular:		
Professora da Sala de Recursos Multifuncionais		
Cuidadora:		
Ano:	Turno:	Turma:

II - Condições: Saúde, Psicológica, Social, Escolar e Familiar:

Medicamento:		
Intolerância Alimentar:		
Alergia		
Neurologia (crises de epilepsia, outras):		
Agressão física?	Em caso positivo qual?	Motivo
Possível sinal/comportamento que possa indicar problema familiar? O que?		
Observou rejeição por parte do professor ao aluno especial, no processo pedagógico?		

III - Processo de Adaptação da Criança/Bebê na Unidade Educacional (Escola e Creche):

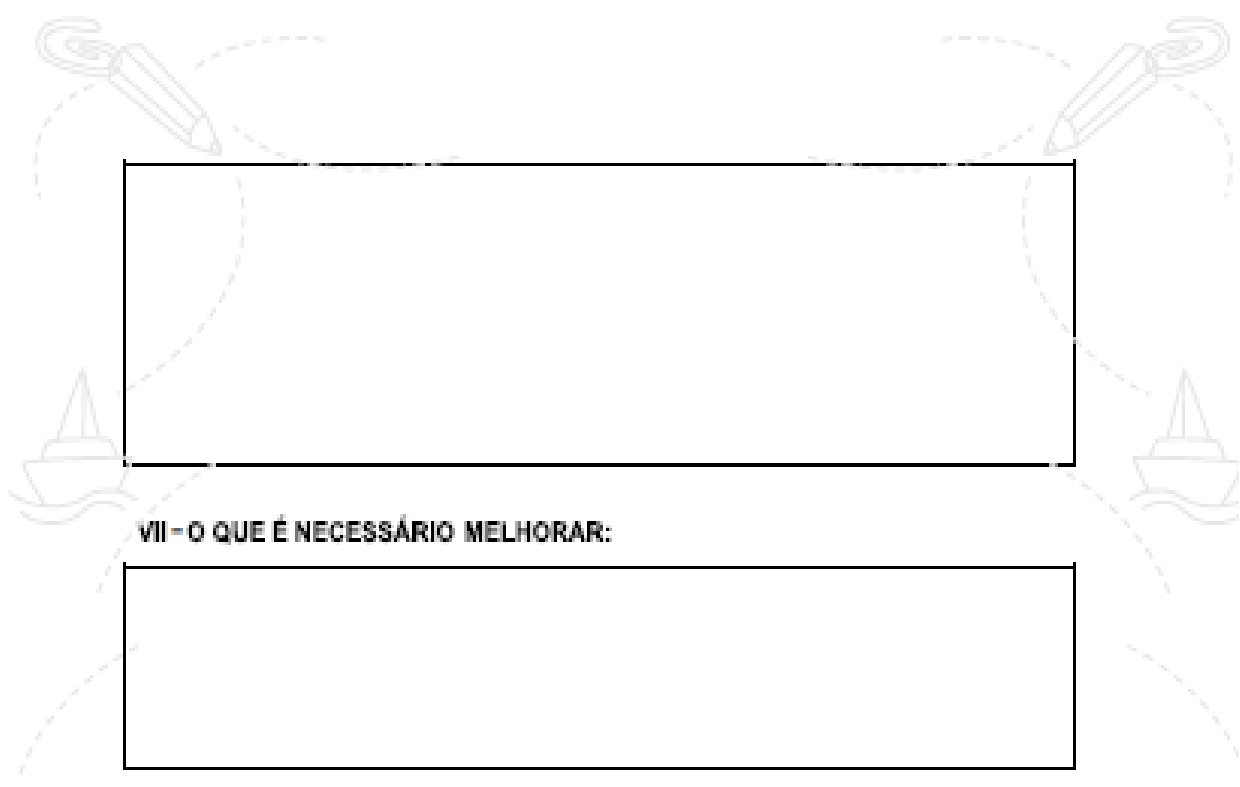
--

IV - Informações sobre as Atividades de Vida Diária (AVD):

APOIO PEDAGÓGICO	
VESTIMENTA	
LOCOMOÇÃO	
HIGIENIZAÇÃO	
ALIMENTAÇÃO	
AUTONOMIA	

V - CONSTRUÇÃO/ APLICAÇÃO DE RECURSOS DE TECNOLOGIA ASSISTIVAS SALA REGULAR E DE RECURSOS MULTIFUNCIÓNAIS

CONSTRUÇÃO DE RECURSOS	SIM	NÃO
IDENTIFICAÇÃO		
OBJETIVO		
APLICAÇÃO		



A large empty rectangular box for writing, surrounded by decorative icons: a pencil at the top corners, a sailboat at the bottom corners, and dashed lines connecting them.

VII - O QUE É NECESSÁRIO MELHORAR:

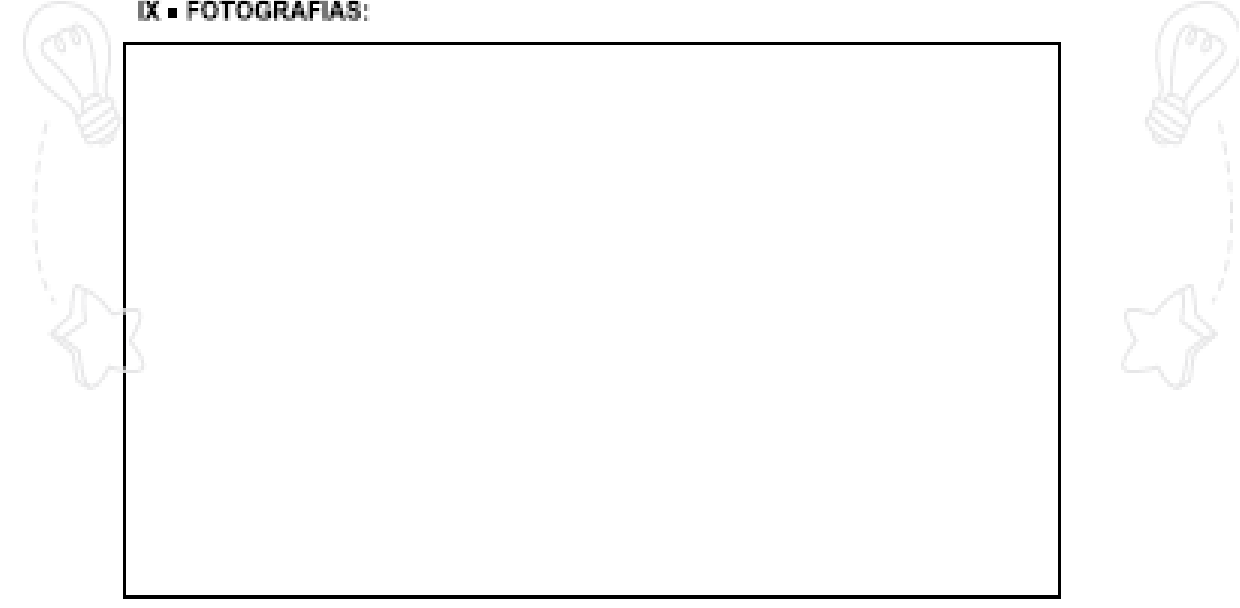
An empty rectangular box for writing, positioned below the section header.

VIII - OBSERVAÇÕES:



An empty rectangular box for writing, surrounded by decorative icons: a heart at the top corners and dashed lines connecting them.

IX - FOTOGRAFIAS:



A large empty rectangular box for writing, surrounded by decorative icons: a lightbulb at the top corners, a star at the bottom corners, and dashed lines connecting them.